

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Alison da Silva Marques

**A EJA TEM COR? Um estudo sobre a identidade étnico-racial em pesquisas sobre a
Educação de Jovens e Adultos (2020 - 2023)**

JUIZ DE FORA

2025

Alison da Silva Marques

**A EJA TEM COR? Um estudo sobre a identidade étnico-racial em pesquisas sobre a
Educação de Jovens e Adultos (2020 - 2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Julvan Moreira de
Oliveira.

JUIZ DE FORA

2025

A EJA TEM COR? Um estudo sobre a identidade étnico-racial em pesquisas sobre a Educação de Jovens e Adultos (2020 - 2023)

¿EJA TIENE COLOR? Un estudio sobre la identidad étnico-racial en la investigación sobre educación de jóvenes y adultos (2020-2023)

Alison da Silva Marques¹

RESUMO

O presente estudo visa mapear e analisar a presença da identidade negra na Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de refletir e expor as identidades dos sujeitos negros invisibilizados pertencentes a esta modalidade nos campos de pesquisa e produções acadêmicas. A metodologia utilizada foi a abordagem bibliográfica de caráter exploratório-descritivo, com recorte nas teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em Programas de Pós-graduação em Educação entre os anos de 2020 e 2023, que analisaram a temática. Inicialmente se explorou as principais palavras-chave comuns. Em seguida, visando aprofundar o referencial teórico, analisou-se as principais obras e/ou autores presentes em todas as teses e dissertações estudadas, quais sejam: Arroyo (2015), Freire (1996), Gomes (2012) e Di Pierro & Sérgio Haddad (2021). A pesquisa aponta a importância da temática étnico-racial na EJA, reconhecendo sua contribuição na discussão para o aumento da escolaridade entre jovens e adultos pertencentes à população negra.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Sujeitos de direitos; Identidade negra.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo mapear y analizar la presencia de la identidad negra en la Educación de Jóvenes y Adultos, con el objetivo de reflexionar y exponer las identidades de sujetos negros invisibilizados pertenecientes a esta modalidad en los campos de investigación y producción académica. La metodología utilizada fue un abordaje bibliográfico de carácter exploratorio-descriptivo, con foco en tesis de doctorado y disertaciones de maestría defendidas en Programas de Posgrado en Educación entre 2020 y 2023, que analizaron la temática. Inicialmente se exploraron las principales palabras clave comunes. Luego, con el objetivo de profundizar el marco teórico, se analizaron las principales obras y/o autores presentes en todas las tesis y disertaciones estudiadas, a saber: Arroyo (2015), Freire (1996), Gomes (2012) y Di Pierro & Sérgio Haddad (2021). La investigación destaca la importancia de la temática étnico-racial en la EJA, reconociendo su contribución a la discusión para el aumento de la escolarización de jóvenes y adultos pertenecientes a la población negra.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos; sujetos de derecho; Relaciones étnico-raciales.

¹ Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

1. INTRODUÇÃO

Falo de milhões de homens
Em que deliberadamente inculcaram o medo,
O complexo de inferioridade, o tremor
A prostração, o desespero, o servilismo.
(Césaire *apud* Fanon, 2008, p. 25)

As primeiras palavras são sempre as mais difíceis: desde muito cedo passei uma boa parte da minha infância sem entender os motivos dos olhares negativos à minha cor de pele, à minha maneira de falar e à minha maneira de vestir. Esse foi o momento em que percebi que a herança da cor não era só da melanina. Aos poucos fui conhecendo que a população negra brasileira, por mais numerosa que seja, segundo o IBGE (2021)² somos mais da metade da população, ainda sim estamos em lugares de inferiorização.

Particularmente sobre a situação dos negros na cidade de Juiz de Fora, pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas demonstrou que o Índice de Desenvolvimento Humano desta importante cidade localizada na Zona da Mata Mineira era o 3º mais desigual do Brasil, comparando negros e brancos, proporcionalmente ao número de habitantes³.

Utilizaremos a categoria “negra” no sentido dado pela Lei nº 12.288/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, que no inciso V do artigo 1º, compreende a população negra como “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2010, p.1).

Por mais que a idealização do tema tenha partido das vivências que tive com meu avô, pois ele criou caminhos de interesses, preciso destacar que o desejo em pesquisar sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tenha se reforçado pela experiência em ser bolsista do PIBID (Programa de Iniciação de Bolsas de Iniciação à Docência) na modalidade EJA, no período de novembro de 2022 a abril de 2024.

² Estudo do IBGE mostra o tamanho do desafio do Brasil para superar a desigualdade racial. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/11/estudo-do-ibge-mostra-o-tamanho-do-desafio-do-brasil-para-superar-a-desigualdade-racial.ghml>>.

³ Matéria sobre o IDH-ONU está disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/nivel-da-qualidade-de-vida-dos-negros-tem-uma-decada-de-atraso-em-relacao-ao-dos-brancos-21308804>>.

Foram 18 meses de histórias, desafios e aprendizados. Foi um momento de conhecer as histórias dos sujeitos educandos; de conhecer a encruzilhada de diversas histórias que se encontram e seguem o mesmo caminho de querer retornar aos estudos, de proporcionar melhores condições de vida para seus dependentes, de realizar sonhos e principalmente de dominar a escrita do próprio nome.

E é justamente nesse contexto de histórias entrelaçadas, meses de escuta e de entendimento sobre cada história que carregam sonhos que este trabalho se insere, com a finalidade de estudar sobre as relações étnico-raciais, com foco na construção da identidade étnica da população negra, grupo com menor escolaridade de acordo com diversas pesquisas de gestão e de política educacionais, como divulgada pela Agência (IBGE,2021)⁴. A importância de se refletir que a cor que predomina nesse espaço é a preta, destacando os desafios e as potencialidades dessa modalidade educacional que tem suas narrativas entrelaçadas pela resistência, inclusão e transformação social.

Ouvir o outro lado é importante, buscando entender porquê tais estudantes repetiram ou abandonaram a escola. É preciso dar destaque para essas barreiras; são realidades onde os corpos foram marcados pelo trabalho desde a infância. São desafios estruturais e sociais que impactam diretamente a trajetória educacional desses sujeitos. A EJA surge, então, como uma possibilidade de retomada aos estudos e principalmente como um assunto importantíssimo a ser trabalhado por todos nós que acreditamos no poder transformador que ela pode realizar.

Outro aspecto central é refletir sobre o papel da escola como mediadora das relações entre os indivíduos e o mundo, promovendo práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas que reconheçam e valorizem as identidades dos sujeitos da EJA.

Ao pensar criticamente sobre a sociedade, a escola pode mediar as relações entre os indivíduos e o mundo, promovendo a não conformidade com essas violências que afastam os sujeitos de seus espaços de pertencimentos. Essa transformação exige um comprometimento ativo em desafiar normas prejudiciais como práticas, regras e comportamentos enraizados na sociedade e principalmente na escola que perpetuam desigualdades. É necessário promover a conscientização, incentivar o diálogo e implementar políticas inclusivas, criando assim um ambiente educacional mais equitativo e antirracista. Para além do objetivo, mapear e analisar

⁴ Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>>.

a presença da identidade negra na EJA, espera-se que esta pesquisa possa contribuir com uma análise que realce a importância das identidades negras.

Na primeira seção foram analisadas as teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Banco de Dados da Capes, entre 2020 e 2023, com foco na identidade negra. A pesquisa começou com um levantamento das produções acadêmicas, utilizando descritores como "Educação de Jovens e Adultos", refinados com o termo "negro" e focados na área da Educação. A parte inicial desse estudo foi levantar e identificar a presença da população negra nas pesquisas. Os dados encontrados revelaram a complexidade da EJA e diversas dimensões educacionais e culturais que merecem exploração.

A segunda parte deste trabalho foi dedicado a sistematização do referencial teórico, a partir do levantamento de autores e autoras mais citados nas referências bibliográficas das teses e dissertações estudadas no capítulo anterior, buscando a sistematização das referências teóricas, destacando o pensamento dessas autoras e desses autores, que permitem uma análise da temática da identidade negra na EJA. Os autores e autoras mais citados nas teses e dissertações que trataram da temática negra na EJA foram: Miguel Gonzalez Arroyo (2015), Paulo Reglus Neves Freire (1996), Nilma Lino Gomes (2012), Maria Clara Di Pierro & Sérgio Haddad (2021). Essa estrutura permitiu uma análise crítica e aprofundada das produções acadêmicas, destacando lacunas, tendências e contribuições teóricas para o campo EJA.

A Educação de Jovens e Adultos carrega consigo histórias de exclusão, resistência e luta por direitos, sendo marcada pela transformação na vida dos educandos. No entanto, apesar de ser um espaço que concentra uma expressiva parcela da população negra, a EJA ainda enfrenta desafios estruturais e organizacionais como a falta de infraestrutura adequada, os horários incompatíveis com a realidade dos sujeitos e a falta de reconhecimento social. Diante disso, surge a seguinte problematização: Como a EJA pode se consolidar como um espaço de inclusão, resistência e transformação social, capaz de enfrentar as desigualdades se ainda persiste uma invisibilidade significativa da identidade negra dentro desta modalidade nos campos de pesquisa e produções acadêmicas? A partir desse questionamento, esta pesquisa busca compreender as complexidades que envolvem a EJA, propondo reflexões e ações que contribuam para a construção de uma educação verdadeiramente equitativa e transformadora.

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, uma vez que visa compreender as complexidades e nuances das experiências dos sujeitos da EJA, com foco na população negra,

bem como analisar as relações étnico-raciais nesse contexto. Com foco na análise documental e revisão sistemática de produções acadêmicas, visando mapear e analisar as discussões sobre a identidade negra na EJA. Para isso, foi feito um recorte das obras encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre os anos 2020 e 2023. Os autores mencionados contribuem com suas obras fundamentais para a compreensão da EJA e das questões étnico-raciais no contexto educacional brasileiro, levando em consideração que todos os autores reconhecem que o sistema educacional deve promover uma justiça social e a redução das desigualdades.

Esses elementos metodológicos foram essenciais para assegurar um mínimo de rigor científico e a consistência da pesquisa, contribuindo para a compreensão da realidade estudada.

2. ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nessa seção, levantaremos as teses e dissertações de mestrado sobre EJA presentes no Banco de Dados da Capes, delimitando entre 2020 e 2023, que abordaram sobre a identidade negra. A delimitação do período entre 2020 e 2023 para análise de teses e dissertações justifica-se por representar um marco temporal significativo que coincide com o início da minha trajetória na graduação, momento em que passei a me engajar com mais profundidade com as discussões sobre educação, desigualdades sociais e identidade étnico-racial.

As pesquisas acadêmicas, ao darem voz aos desafios e potencialidades da EJA, contribuem para a construção de políticas públicas democráticas e minimização das desigualdades. Nesta parte, realizamos o mapeamento e levantamento das identidades negras na EJA se deu através da análise das produções acadêmicas de teses e dissertações levantadas na CAPES, no período de 2020 a 2023. Nosso pressuposto foi de que as pesquisas analisadas poderiam revelar a complexidade da EJA e apontar para múltiplas dimensões educacionais, culturais e políticas que poderiam ser exploradas. Nesse sentido que buscamos filtrar as produções acadêmicas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando o termo “Educação de Jovens e Adultos”, particularmente na área da Educação, a grande área de conhecimento as Ciências Humanas e tanto a área de avaliação quanto a área de concentração foram designados a Educação. No site da CAPES é possível configurar esses filtros.

Posto isso, o resultado das buscas por trabalhos nos catálogos de teses e dissertações da CAPES, seguiu um momento de organizar as produções coletadas e esse levantamento. Foi preciso realizar uma primeira avaliação geral de todo material encontrado, mas com atenção especial às partes específicas, como o título, o resumo e as palavras-chaves. Durante esse processo, foi preciso definir critérios de observação para ajudar na organização e análise das pesquisas acadêmicas. A seguir, no Quadro 1 apresentamos quais foram os filtros e identificação das temáticas desenvolvidas.

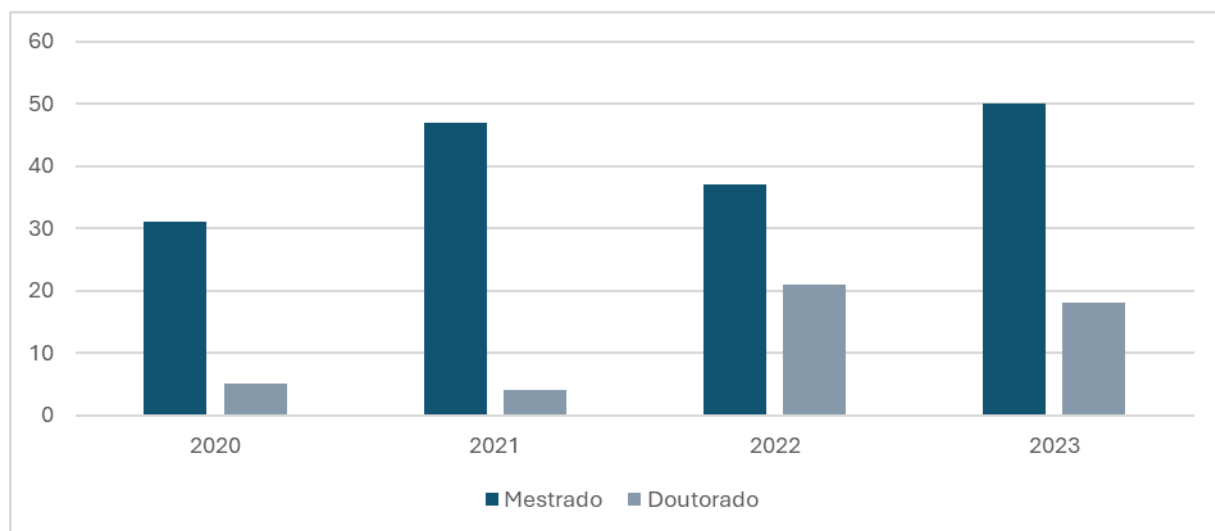
Quadro 1: Filtros e identificação

Filtros	Identificação
TÍTULO	Permite que o leitor identifique o foco e a abordagem do trabalho.
AUTOR(A)	Identificar os pesquisadores e pesquisadoras que desenvolveram a temática.
UNIVERSIDADE	São espaços de produção de conhecimento que desenvolvem pesquisas que influenciam os meios públicos e sociais.
TIPO DE TRABALHO	Qual tipo de produção estaria sendo mais aprofundada.
PALAVRAS-CHAVES	Resumem os principais conceitos e temas abordados.
ANO	Os trabalhos encontrados deveriam estar no recorte temporal de 2020 a 2023.
GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO	Direcionamento da busca para o campo específico do saber que é a educação.
ÁREA DE CONHECIMENTO	Delimitada exclusivamente na área da educação.
ÁREA DE AVALIAÇÃO	Delimitada exclusivamente na área da educação.
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Delimitada exclusivamente na área da educação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Tendo como base o Quadro 1 como a apresentação do passo a passo do levantamento da pesquisa, a busca resultou em 225 resultados, mas foram verificados 223 trabalhos, dentre eles estão trabalhos de mestrado e doutorado, visto que duas dessas pesquisas constaram duplicadas. No que tange à pesquisa sobre a identificação de identidades negras na EJA, no caso específico da população negra e da EJA, percebe-se que há pouca produção e de uma maneira geral e sem recorte temporal o que sugere que as produções não têm se articulado com o perfil do negro nessa modalidade.

Gráfico 1: Produções acadêmicas das teses e dissertações levantados na CAPES, no período de 2020 a 2023, por palavra-chave Educação de Jovens e Adultos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

O gráfico apresenta as crescentes produções acadêmicas dentro da temática da EJA, mas a produção acadêmica sobre a população negra, que representa a maioria dos estudantes dessa modalidade de ensino, possibilita ampliar o debate sobre a questão racial no Brasil, buscando o fortalecimento de políticas públicas a esse grupo. Ignorar a presença expressiva de pessoas negras na EJA e o impacto profundo do racismo nas trajetórias de vida e escolares desses alunos significa atrasar uma dimensão essencial.

Das 223 pesquisas identificadas dentro do recorte inicial, foi necessário ajustar nossa proposta de investigação para um enfoque mais específico, que contemplasse a Educação de Jovens e Adultos (EJA) associada ao termo "negro". Com esse refinamento, apenas 4 das 225 produções publicadas na CAPES se enquadram nesse novo critério.

As quatro teses e dissertações foram:

Quadro 2 – Dissertações e teses encontradas no banco de dados da CAPES com a temática negra na EJA (2020-2023).

Autoras	Título	Palavras-chaves	Programa	Ano
MONICA CLEMENTINO DE MENEZES	Mulheres negras nas salas de alfabetização de jovens e adultos no município de Porto Seguro — Bahia: diálogos entre as motivações, a interseccionalidade e as políticas públicas de EJA	Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos; mulheres negras	UESB	2022

SIDNEYA MAGALY GAYA	Estratégias e táticas para a formação de crianças, jovens e adultos das classes populares e da população negra em Santa Catarina (1870-1930)	História da Educação; Educação de Jovens e Adultos; Educação da População Negra; Educação das Classes Populares	UFSC	2022
BEATRIZ TEIXEIRA DE CARVALHO	Bibliotecas Comunitárias: atuação cultural, contribuição social e humana a classes populares	Biblioteca comunitária; Favela; Comunidade; Mediação da leitura; Cooperação; Cultura	UERJ	2021
OLGA DOS SANTOS MACHADO	Traços disposicionais da desigualdade: uma análise sobre os estudantes do Ensino Médio Integrado e PROEJA do IFRS	Educação Profissional; PROEJA; Ensino Médio Integrado; Disposições; Desigualdade; Negritude	UFRGS	2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

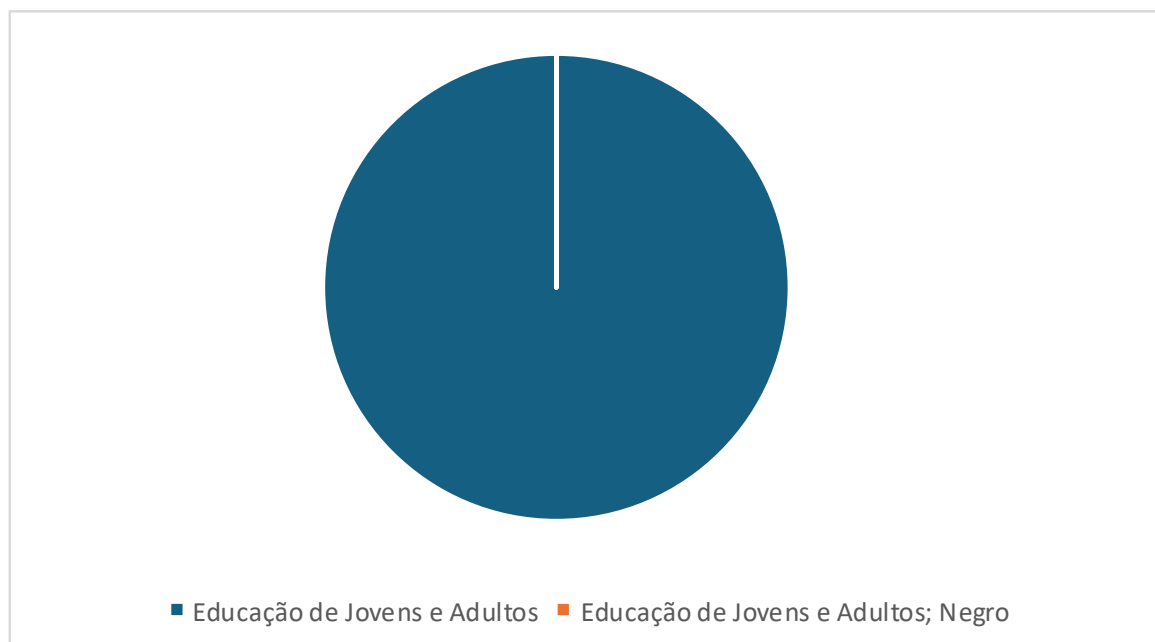
As quatro pesquisas que tratam da temática negra na EJA correspondem a 1,8% do total de 223 teses e dissertações sobre Educação de Jovens e Adultos defendidas em Programas de Pós-graduação em Educação entre os anos 2020 e 2023.

Observa-se que as pesquisas encontradas abordam questões urgentes na EJA, como a interseccionalidade entre gênero e raça no caso das mulheres negras em salas de alfabetização (Menezes, 2022); a história da educação da população negra e das classes populares (Gaya, 2022); a mediação cultural e leitura em comunidades periféricas (Carvalho, 2021) e as desigualdades enfrentadas por estudantes negros no PROEJA (Machado, 2022). Esses estudos demonstram que embora a temática negra na EJA ainda seja pouco explorada, há um esforço significativo para discutir as especificidades e os desafios enfrentados por essa população no contexto educacional.

Mas não podemos deixar de observar que, o fato dessas pesquisas representarem apenas 1,8% do total de produções sobre a EJA no período analisado, que tratam da temática de nosso estudo, o que evidencia uma sub-representação da temática negra na produção acadêmica. Essa lacuna afasta a EJA dos avanços das políticas públicas e dos debates acadêmicos. É necessário a ampliação desse questionamento, uma vez que para o avanço do

conhecimento acadêmico é preciso ampliar as políticas educacionais mais inclusivas e equitativas.

Gráfico 2: Produções acadêmicas das teses e dissertações levantados na CAPES, no período de 2020 a 2023, por palavra-chave Educação de Jovens e Adultos; negro



Fonte: elaborado pelo autor.

É uma quantidade pequena dentro dessa modalidade que está ganhando mais espaço em razão das forças dos fóruns de EJA que está presente em vários estados nacionais e que possuem uma relação histórica e significativa, uma vez que os fóruns desempenham um papel muito forte pela luta de direito à educação, especialmente para as populações e grupos historicamente oprimidos e marginalizados.

É preciso destacar que, toda a busca das produções acadêmicas foi delimitada exclusivamente na área da educação, uma área que abrange diversos campos de pesquisa, mas os dois gráficos revelam que há produções dentro da mesma modalidade de pesquisa que se evidenciam mais que as outras.

3. OS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NA EJA

No processo de refinamento dos autores, cada obra foi submetida a um critério de análise específico. No caso da pesquisadora Monica Clementino de Menezes optou-se por considerar apenas os autores e autoras que foram citados mais de quatro vezes para serem incluídos na pesquisa, visando garantir que as referências incluídas na pesquisa fossem aquelas com maior relevância e recorrência em sua produção acadêmica. Esse critério mais rigoroso reflete a densidade e a abrangência do trabalho de Mônica, que apresenta um número significativo maior de referências bibliográficas em comparação com as demais pesquisas analisadas.

Para as outras autoras, adotou-se um critério mais flexível, incluindo autores e autoras citados no mínimo duas vezes, uma vez que o volume de obras e intelectuais referenciados em suas bibliografias varia consideravelmente, com um percentual menor de citações por autor. Essa diferença nos critérios foi estabelecida para equilibrar a representatividade das referências, considerando as particularidades de cada trabalho as disparidades na quantidade de citações presentes em cada uma das pesquisas analisadas. Abaixo segue em parênteses a quantidade de vezes que os autores e autoras foram citados e suas respectivas obras.

Quadro 3: Quadro de Análise de autores e autoras presentes nas 4 pesquisas acadêmicas.

Título da obra e autora	Autores e autoras mais citados
Mulheres negras nas salas de alfabetização de jovens e adultos no município de Porto Seguro — Bahia: diálogos entre as motivações, a interseccionalidade e as políticas públicas de EJA. Autora: Monica Clementino de MENEZES.	Paulo Freire (18); Miguel Arroyo (10); Sueli Carneiro (8); Nilma Gomes (7); Bell Hooks (7); Lélia Gonzalez (6); Sérgio Haddad (5) Kabengele Munanga (5); João Amado (4) Maria Clara Di Pierro (4); Maurice Merleau-Ponty (4) Arlete Santos (4); Alfred Schutz (4); Magda Soares (4)..
Estratégias e táticas para a formação de crianças, jovens e adultos das classes populares e da população negra em Santa Catarina (1870-1930) Autora: Sidneya Magaly GAYA.	Pierre Bourdieu (5); Karla Rascke (3); Arroyo (2); Florestan Fernandes (2); Andreas Hofbauer (2); E.P. Thompson (5).
Bibliotecas Comunitárias: atuação cultural, contribuição social e humana a classes populares Autora: Beatriz Teixeira de CARVALHO.	Paulo Freire (2); Nilma Gomes (2); Abdias Nascimento (2); Sidney Chalhoub (2) Elisa C. Machado (2).
Traços disposicionais da desigualdade: uma análise sobre os estudantes do Ensino Médio Integrado e PROEJA do IFRS Autora: Olga dos Santos MACHADO.	Pierre Bourdieu (4); Bell Hooks (3); Bernard Lahire (3); Conceição Evaristo (2); Nilma Gomes (2).

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

De uma análise geral, os autores e autoras que mais se destacam na abordagem temática da Educação de Jovens e Adultos nas quatro pesquisas foram Miguel Gonzalez

Arroyo (2015), Paulo Reglus Neves Freire (1996), Nilma Lino Gomes (2012) e Maria Clara Di Pierro & Sérgio Haddad (2021).

Freire (1992) quando pensava na educação popular, afirmava que o ideal seria promover uma educação numa perspectiva dialógica com trabalhos para a emancipação dos setores desfavorecidos. Na perspectiva freiriana em que o conhecimento escolar não deve ser imposto, mas construído de forma crítica e colaborativa, respeitando as individualidades de cada aluno, pois Freire corajosamente já denunciava o caráter reprodutivista e classista da ideologia dominante. Ele ainda destaca

O antídoto a esta manipulação está na organização criticamente consciente, cujo ponto de partida, por isto mesmo, não está em depositar nelas o conteúdo revolucionário, mas na problematização de sua posição no processo. Na problematização da realidade nacional e da própria manipulação (Freire, 1997, p. 200).

Nessa perspectiva, o intelectual apresentou uma proposta que visava conscientizar os sujeitos durante o processo educativo, ressaltando que a leitura de mundo precede a da palavra (Freire, 1989, p.9). Uma frase curta, mas com um significado bem alongado pensando nos alunos que já viveram bastante e são sujeitos experientes. “Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações...” (Freire, 1996, p.32). Refletir sobre a EJA a partir dos princípios de Freire, implica conceber uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e integradora, na qual os espaços e as propostas pedagógicas estejam preparados, em todos os sentidos, para acolher os alunos e as alunas. Essa abordagem deveria ser refletida não apenas nas práticas cotidianas, mas também alinhadas com uma perspectiva de teor acadêmico no campo da pesquisa.

Freire defendia uma educação para os jovens e adultos que desafiasse o sistema tradicional, incentivando os professores da EJA a conectarem o ensino à realidade dos jovens e adultos. Ele acreditava que a educação organizaria a escola como um ambiente mais justo e democrático e serviria de ferramenta para superar as desigualdades sociais (Haddad e Pierro, 2021).

Arroyo (2005, p.20) destaca que é preciso uma mudança política sobre os jovens e adultos; não os enxergar na condição de ex-alunos e alunas em trajetórias escolares, e sim enxergá-los como jovens e adultos em suas trajetórias humanas. Para a EJA resistir é preciso

criar espaço de escuta e acolhimento para todas essas pessoas. Ao reconhecer os sujeitos reais que compõem a EJA, é fundamental adotar uma postura de escuta atenta e sensível às suas experiências. Arroyo (2005) ainda conclui que a EJA enquanto espaço formador, deve se estruturar a partir do reconhecimento de que esses provêm de múltiplos espaços, tanto formadores quanto deformadores, nos quais estão inseridos e atuam cotidianamente. Eles ocupam e transitam por esferas diversas, como o lazer, o trabalho, a cultura e a sociabilidade, além de possivelmente integrarem movimentos de luta pela terra, pelo teto e pelo trabalho. Essas experiências plurais e complexas precisam ser valorizadas e incorporadas no processo educativo, de modo que a EJA se consolide como um espaço que não apenas ensina, mas também aprende com as trajetórias e os saberes desses jovens e adultos.

A EJA sairá dessa configuração supletiva, preventiva e moralizante se mudar o olhar sobre os jovens - adultos e os ver com seu protagonismo positivo: sujeitos de direitos e sujeitos de deveres do Estado. Aí poderá se configurar como política pública, como dever do Estado. As possibilidades de reconfigurar esse direito à educação passam por aí: por avançarmos em uma visão positiva dos jovens e adultos populares, por reconhecê-los como sujeitos de direitos (Arroyo, 2005, p. 24).

Para além da visão positiva dos jovens e adultos, é preciso exigir garantia do direito à educação pelo Estado. Arroyo (2015) questiona: “Como esperar o avanço do direito à educação das crianças, adolescentes, jovens-adultos das periferias, das vilas e aglomerados se o direito a teto, renda, trabalho, transporte e saneamento são negados?” Um questionamento ensurdecedor! A EJA para além de um espaço de escuta, torna-se também um espaço pela luta de direitos, é uma luta constante, desde a resistência para produção intelectual à crítica estrutural. De acordo com Arroyo (2007, p. 3) “A EJA tende a configurar-se, cada vez mais, como um projeto de educação popular dos jovens e adultos jogados à margem. Daí, podemos tirar uma conclusão: a EJA continua tendo sentido enquanto política afirmativa desse coletivo cada vez mais vulnerável”.

Na obra “Vidas re-existent: Reafirmando sua outra humanidade na história”, Arroyo (2023) pontua que é preciso reconhecer que os milhares de jovens e adultos são pessoas com as vidas re-existent, apesar das violências injustiças sofridas, conseguem se afirmar como sujeitos de direitos, de saberes e de histórias. Essas vidas não apenas resistem às opressões, mas também constroem novas formas de existir, de se relacionar e de lutar por dignidade e reconhecimento dentro e fora dos ambientes de pesquisa.

Gomes (2012) aponta que a Lei nº10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDNBE), de nº9394/96, incluindo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar (modificada pela Lei nº 11.645/08, que inclui indígena), é vista como um avanço significativo na promoção de uma transformação epistemológica e cultural, ao fomentar o debate sobre as relações raciais e a História da África no ambiente escolar. Essa legislação simboliza uma reformulação profunda, abrangendo aspectos estruturais, conceituais, epistemológicos e políticos, indo além da simples inclusão de novos temas no currículo. No âmbito da Educação de Jovens e Adultos, essa legislação assume um papel ainda mais estratégico, pois visa reparar desigualdades históricas e sociais, sobretudo nas pesquisas acadêmicas sobre EJA e na inserção de novas identidades presentes. Gomes (2012) diz:

Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural (Gomes, 2012, p.8).

Outro aspecto relevante é que todas as quatro pesquisas encontradas com o termo de busca “Educação de Jovens e Adultos” e “negro”, foram produzidas por mulheres, o que destaca o protagonismo feminino na produção acadêmica sobre temas sociais e educacionais. Esse dado não apenas reforça o papel das mulheres como agentes transformadoras no campo da pesquisa, mas também evidencia a importância de suas vozes na discussão de questões étnico-raciais na educação, especialmente no contexto da EJA, logo revela uma lacuna significativa: a necessidade de ampliar as pesquisas sobre a EJA e as relações étnico-raciais que estão presentes nessa modalidade, incentivando a participação de mais pesquisadores, a fim de superar e construir políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Diante desse cenário, das 4 produções gostaria de analisar todas, pois acredito que cada uma delas pode contribuir de maneira pertinente para a reflexão sobre a EJA.

A primeira delas, intitulada “Mulheres negras nas salas de alfabetização de jovens e adultos no município de Porto Seguro - Bahia: diálogos entre as motivações, a interseccionalidade e as políticas de EJA” é uma dissertação de Mônica Clementino de Menezes (2022), mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e professora no município de Porto Seguro. Em seu trabalho, a autora traz à tona as

experiências e os desafios enfrentados por mulheres negras em sua busca pela alfabetização. Por meio de entrevistas semiestruturadas, Menezes investiga as motivações que levam essas mulheres a retornarem à escola, bem como os obstáculos que encontram nesse processo. Um dos eixos centrais da pesquisa é a análise da interseccionalidade, abordagem que permite examinar de forma interconectada as questões raciais, de gênero e de classe. Ela ainda pontua que há um dualismo escolar presente nessa dimensão racial na área da educação, uma vez que para as pessoas pobres ficam destinados os trabalhadores pretos e pretas sem oportunidades, enquanto as funções que são classificadas como prestígio perante a sociedade são destinadas aos herdeiros da pele alva, que tiveram acesso a uma educação de qualidade e garantia dos próprios privilégios (Menezes, 2022, p. 168).

A autora demonstra como esses marcadores sociais se entrelaçam, gerando desigualdades e opressões específicas na vida das mulheres negras, frequentemente marginalizadas e invisibilizadas na sociedade brasileira. A dissertação de Menezes (2022) dialoga com a perspectiva freiriana de educação, que compreende a alfabetização como um ato político e de libertação. A autora evidencia como o processo de aprender a ler e escrever pode ser transformador para essas mulheres, capacitando-as a desenvolver uma consciência crítica sobre sua realidade e a lutar por seus direitos.

A única tese de Doutorado em Educação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina é de Sidney Magaly Gaya e intitula-se: “Estratégias e táticas para a formação de crianças, jovens e adultos das classes populares e da população negra em Santa Catarina (1870-1930)”. Investiga as estratégias e táticas empregadas por esses grupos para acessar a escolarização e se apropriar dos saberes escolares em um contexto marcado por exclusão e desigualdade. A pesquisa utiliza uma ampla variedade de fontes históricas, como documentos legais, bibliográficos, pictóricos, dados censitários, produções literárias, relatórios de governantes, periódicos, fotografias, artes plásticas e registros arquitetônicos, para construir micro-histórias que revelam a agência e o protagonismo dos sujeitos subalternizados.

A tese contribui significativamente para a desconstrução de narrativas hegemônicas sobre a história da educação, destacando a resistência e a luta desses grupos por acesso à educação. Ao reconstruir o contexto histórico em que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu e se desenvolveu em Santa Catarina, a autora identifica os desafios enfrentados pelos estudantes e as estratégias que utilizaram para superar as barreiras impostas, como a criação de escolas noturnas, associações e outras formas de organização coletiva. Além disso, a

pesquisa resgata as experiências, lutas e conquistas desses sujeitos históricos, evidenciando sua capacidade de agência na busca por uma educação que lhes permitisse ascender socialmente e exercer plenamente sua cidadania.

Um dos aspectos mais relevantes da tese é a análise das táticas de resistência empregadas pelos estudantes da EJA, que incluem não apenas a organização comunitária, mas também a defesa da instrução como ferramenta de transformação social. A tese representa uma contribuição fundamental para o campo da história da educação, ao resgatar a memória dos sujeitos históricos da EJA e analisar as estratégias que utilizaram para acessar a educação. A pesquisa reforça a importância de uma EJA emancipatória, capaz de promover a igualdade de oportunidades e a transformação social.

A penúltima pesquisa, intitulada “Bibliotecas Comunitárias: atuação cultural, contribuição social e humana a classes populares”, de autoria da Mestre em Educação Beatriz Teixeira de Carvalho, foi apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2021. A tese analisa o papel cultural, social e humano das bibliotecas comunitárias em classes populares, tomando como estudo de caso uma biblioteca situada em uma favela do Rio de Janeiro. A pesquisa se destaca por sua abordagem metodológica decolonial, que valoriza novas epistemologias e produção de conhecimento, além de priorizar a voz dos sujeitos envolvidos, rompendo com os padrões tradicionais da pesquisa acadêmica.

A tese demonstra que as bibliotecas comunitárias desempenham um papel transformador nas comunidades onde estão inseridas, promovendo o acesso à leitura, à cultura e à informação. Ela argumenta que essas bibliotecas se diferenciam de outros modelos por sua atuação cultural, sua contribuição social e humana, e pela forma como se integram e dialogam com a comunidade. Um dos pontos fortes da pesquisa é a utilização das epistemologias do Sul, conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2010), como referencial teórico. A autora mostra como a “ecologia de saberes” (Santos *apud* Carvalho, 2022) é essencial para reconhecer a diversidade de conhecimentos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, a tese contribui para desconstruir narrativas hegemônicas sobre as favelas, ao dar centralidade às experiências dos moradores e à sua capacidade de criar espaços de cultura e resistência. A autora traça um panorama histórico que vai desde a luta por emancipação dos escravizados, passando por quilombos e cortiços, até a formação das favelas, destacando a repressão colonial e as desigualdades estruturais que moldaram esses

territórios. Embora não se concentre diretamente na EJA, a pesquisa dialoga indiretamente com esse campo ao abordar o acesso à educação e à cultura em contextos de exclusão.

A última pesquisa, “Traços disposicionais da desigualdade: uma análise sobre os estudantes do Ensino Médio Integrado e PROEJA do IFRS”, da Mestre Olga dos Santos Machado, foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2022. O estudo analisa as desigualdades entre estudantes do Ensino Médio Integrado e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). A pesquisa utiliza teorias de sociólogos como Bernard Lahire (2005), Pierre Bourdieu (2008) e François Dubet (2001) para discutir as desigualdades, além de incorporar perspectivas de autoras negras como Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, bell hooks e Djamila Ribeiro, destacando questões raciais e de gênero.

A dissertação defende que a educação profissional é uma ferramenta importante para reduzir desigualdades sociais e empoderar os/as estudantes. A autora argumenta que entender os "traços disposicionais" das desigualdades — ou seja, como as condições sociais e culturais moldam as trajetórias dos indivíduos — é essencial para criar políticas públicas educacionais mais eficazes, que garantam acesso, permanência e sucesso dos(as) alunos(as). Um dos destaques da pesquisa é a abordagem autobiográfica, em que a autora, que também é professora da educação profissional, reflete sobre sua própria trajetória, desde aluna até docente, questionando a ideia de meritocracia e destacando a importância da resistência e resiliência em contextos de desigualdade.

A dissertação também desmistifica estereótipos sobre os estudantes da EJA, mostrando a diversidade de suas experiências e trajetórias. Olga dos Santos Machado (2022) aborda, por exemplo, o papel do apoio familiar e da consciência racial na trajetória de estudantes negras, além dos desafios específicos enfrentados por mulheres negras na busca por uma educação igualitária.

4. INVISIBILIDADE NEGRA NAS PESQUISAS SOBRE EJA

A análise dos resultados dessas produções nos permite identificar lacunas, tendências e avanços dentro do campo investigado. É válido ressaltar a baixa produção no período de 2022, os contextos históricos que coincide com o ano são o retorno gradual às aulas

presenciais, impactos da pandemia (COVID-19) na aprendizagem e os dois cortes orçamentários bilionários⁵ retirados da área da educação e da saúde.

Também é possível perceber um apagamento das identidades negras nas pesquisas acadêmicas sobre essa temática. Esse apagamento, que silencia as diversas trajetórias negras, reflete o fato de que a Educação de Jovens e Adultos frequentemente ocupa um espaço secundário nos debates educacionais. Essa marginalização impacta diretamente a produção de conhecimento e o desenvolvimento de práticas libertárias, necessárias para transformar o cenário atual. De acordo com Freire (1987) essa situação só será amenizada quando os oprimidos – no caso, os estudantes da EJA – assumirem um papel ativo na busca por sua própria libertação. Freire (1987, p.31) destaca a educação libertadora deva ser construída a partir da conscientização crítica dos sujeitos sobre sua realidade, inclusive de toda a sociedade. Assim, o combate ao apagamento das identidades negras na EJA é preciso do engajamento e da autonomia dos(as) estudantes como sujeitos históricos para reivindicarem seu espaço e protagonismo no processo educativo.

Busco em meu texto encarnar as múltiplas vozes silenciadas para pontuar que a ampliação das produções científicas acadêmicas sobre a presença dos negros é um ato de combater as desigualdades históricas que atravessam o Brasil. Uma forma direta de enfrentar o racismo estrutural que tantos autores da área desta modalidade já denunciaram, corpos negros existem e exigem não serem mais silenciados em suas narrativas, tanto na educação quanto nos espaços acadêmicos. A ausência de produções que contemplem a vivência de pessoas negras na EJA não é um acaso, surge a necessidade de reduzir as desigualdades desses processos de apagamento. Na visão de Arroyo (2010, p.29), ele acrescenta que é preciso ter atenção nas análises de políticas educacionais, especialmente no que diz respeito às desigualdades, pois a visão negativa ainda está enraizada no pensamento educacional que naturaliza o apagamento de certos grupos sociais.

Essa luta por visibilidade e reconhecimento encontra ressonância nas reflexões de Bento (2022) que destaca seu desejo de que a transformação das universidades seja um ponto fundamental para dismantlar o pacto da branquitude, isso se manifesta na falta de diversidade de acesso e permanência de alunos negros, nos currículos eurocêntricos e a falta de deslocar o olhar que está sobre os ‘outros sujeitos’ com atividade de superação das

⁵ G1. O MEC já teve corte de R\$ 1,6 bilhão em junho e enfrenta o segundo bloqueio em 2022: entender a cronologia da crise. G1, 29 nov. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ed/noticias/2022/11/29/mec-ja-teve-corte-d-r-16-bilhao-em-junho-e-enfrenta-segundo-bloqueio-em-2022-entenda-cr-da-crise.ghtml>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2025

barreiras estruturais que dificultam a ascensão acadêmica. Para Bento (2022), superar essas barreiras estruturais são essenciais para promover uma ascensão acadêmica e garantir que as instituições de ensino superior se tornem espaços verdadeiramente inclusivos. É preocupante demais apenas 4 pesquisas das 225 produções acadêmicas. Esse número reduzido evidencia um espaço mínimo de presença e uma invisibilização das questões étnico-raciais nas pesquisas dentro da modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou investigar a presença negra nas produções acadêmicas sobre Educação de Jovens e Adultos, partindo de uma indagação central presente no título do estudo: "A EJA TEM COR?". Ao longo do trabalho, foi possível identificar que, embora a EJA seja uma modalidade de ensino majoritariamente composta por alunos(as) negros(as), as pesquisas que articulam essa temática no recorte temporal de 2020 a 2023, com as questões raciais são extremamente escassas. Das 223 produções analisadas, apenas 4 abordam a interseção entre EJA e população negra, o que revela uma grave lacuna na produção científica e um silenciamento das narrativas e experiências negras no campo acadêmico.

Espera-se que esta pesquisa contribua para uma visão que destaque as particularidades e reafirme aos sujeitos da EJA o direito a uma educação que reconheça e valorize suas identidades. A escola, como espaço mediador das relações entre os indivíduos e o mundo, tem um papel fundamental na promoção de práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas. Essas práticas devem ir além da mera transmissão de conteúdos, assumindo um compromisso com a desconstrução de estereótipos e a superação das desigualdades raciais que permeiam a sociedade brasileira.

Para tanto, é urgente o cumprimento efetivo da Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todas as modalidades e etapas de educação. Como evidenciado nesta pesquisa, o silenciamento sobre a humanidade e as contribuições da população negra não apenas esvazia suas narrativas, mas também reforça processos de inferiorização que impactam diretamente a autoestima e a trajetória educacional desses estudantes. A implementação dessa lei não deve ser apenas simbólica, mas sim um instrumento transformador, capaz de ressignificar o currículo e as práticas pedagógicas.

Pensar a escola em uma perspectiva que dialogue com a diversidade, com questões contemporâneas, de fato é um desafio enorme para todos os profissionais ligados à educação.

Esse processo exige uma reflexão crítica sobre as estruturas históricas de preconceito e discriminação que ainda permeiam a sociedade e, consequentemente, as práticas educativas. É necessário que os educadores estejam dispostos a revisar suas próprias leituras de mundo, confrontando-se com os preconceitos internalizados e assumindo um compromisso ético e político com a construção de uma educação verdadeiramente democrática e antirracista.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem o potencial de se consolidar como um espaço de inclusão, resistência e transformação social, mas para isso é fundamental enfrentar a invisibilidade significativa da identidade negra dentro dessa modalidade nas produções acadêmicas. É preciso que a EJA seja verdadeiramente um espaço de inclusão, resistência e transformação social com enfrentamento da invisibilidade da identidade negra de forma estrutural. Isso exige um compromisso coletivo de educadores, dos(as) estudantes, pesquisadores, gestores e da força coletiva dos fóruns de EJA, além de políticas públicas consistentes e investimentos adequados. A superação das desigualdades passa pelo reconhecimento das histórias e saberes dos estudantes negros, pela valorização de suas identidades e pela construção de uma educação verdadeiramente democrática.

Por fim, esta pesquisa reforça a necessidade de ampliar o debate sobre a presença negra na EJA, não apenas no âmbito acadêmico, mas também nas políticas públicas e nas práticas educativas. A invisibilidade das questões raciais nas pesquisas sobre EJA reflete uma negligência que precisa ser superada, pois a educação é um direito de todos e deve ser um espaço de afirmação, pertencimento e transformação social. Que este trabalho sirva como um chamado para que a academia, os educadores e os pesquisadores assumam seu papel na luta por uma educação que reconheça e valorize a diversidade, promovendo a equidade e a participação de novos e “velhos” sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares. **REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1–108, 2007. Disponível em: https://mariaellytcc.pbworks.com/f/REVEJ@_0_MiguelArroyo.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

ARROYO, Miguel G. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L. (org.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19–50.

ARROYO, Miguel G. O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios?. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 15–47, jul./set. 2015.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TvhHNQd9rys6nwV9ghM9t9M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJPmFsj5pSxPx/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ARROYO, Miguel G. **Vidas Re-Existentes**: reafirmando sua outra humanidade na história. Petrópolis: Vozes, 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**: um convite à construção de um Brasil alicerçado na equidade racial. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 27 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/12288.htm. Acesso em: 12 jan. 2025.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CARVALHO, Beatriz Teixeira de. **Bibliotecas comunitárias**: atuação cultural, contribuição social e humana a classes populares. 2021. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/17659/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Beatriz%20Teixeira%20de%20Carvalho%20-%202021%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

GAYA, Sidneya Magaly. **Estratégias e táticas para a formação de crianças, jovens e adultos das classes populares e da população negra em Santa Catarina (1870-1930)**. 2022. 205f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED. Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235266>. Acesso em: 1 dez. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98–109, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm>. Acesso em: 28 fev. 2025.

HADDAD, Sergio; PIERRO, Maria Clara Di. Considerações sobre educação popular e escolarização de adultos no pensamento e na práxis de Paulo Freire. **Educação & Sociedade**, v. 42, e255872, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.255872>. Acesso em: 1 mar. 2025.

MACHADO, Olga dos Santos. **Traços disposicionais da desigualdade**: uma análise sobre os estudantes do Ensino Médio Integrado e PROEJA do IFRS. 2022. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/255277>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MENEZES, Mônica Clementino de. **Mulheres negras nas salas de alfabetização de jovens e adultos no município de Porto Seguro** – Bahia: diálogos entre as motivações, a interseccionalidade e as políticas públicas de EJA. 2022. 256f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED, Vitória da Conquista. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2022/07/M%C3%94NICA-CLEMENTINO-DE-MENEZES.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2024